

---

# Medievalismo en Extremadura

Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas  
de la Edad Media

---

Jesús Cañas Murillo  
Fco. Javier Grande Quejigo  
José Roso Díaz (Eds.)

Medievalismo en Extremadura  
Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas  
de la Edad Media

UNIVERSIDAD  DE EXTREMADURA



Cáceres  
2009

MEDIEVALISMO en Extremadura : Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media / Jesús Cañas Murillo, Fco. Javier Grande Quejigo, José Roso Díaz (Eds.). — Cáceres : Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2009

XXII, 1310 pp. ; 17 × 24 cm.

ISBN 978-84-7723-879-9

1. Literatura medieval-historia y crítica. I. Cañas Murillo, Jesús (Ed.). II. Grande Quejigo, Javier (Ed.). III. Roso Díaz, José (Ed.). IV. Título. V. Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, ed.

82.09"04/15"

Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra sólo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, [www.cedro.org](http://www.cedro.org)) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.



© Jesús Cañas Murillo, Fco. Javier Grande Quejigo y José Roso Díaz, de la edición, 2009

© De los autores, 2009

© Universidad de Extremadura-Grupo "Barrantes Moñino", para esta 1.<sup>a</sup> edición, 2009

Ilustraciones de cubierta: miniaturas de cancioneros del siglo XIII (Biblioteca Vaticana y Biblioteca Nacional de Francia) recogidas en el libro de Martín de Riquer, *Vidas y retratos de trovadores. Textos y miniaturas del siglo XIII*. Barcelona, Círculo de Lectores-Galaxia Gutenberg, 1995.

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones

Plaza de Caldereros, 2. 10071 Cáceres (España)

Tel. (927) 257 041; Fax (927) 257 046

E-mail: [publicac@unex.es](mailto:publicac@unex.es)

<http://www.unex.es/publicaciones>

I.S.B.N.: 978-84-7723-879-9

Depósito Legal: M-52.674-2009

Impreso en España - *Printed in Spain*

*Impresión:* Dosgraphic, s. l.

FRANCISCO DE SOUSA MANCIAS,  
*TROUA SSU'A AFONSO DE ALBOQUERQUE EM GOA*  
(*CANCIONEIRO GERAL DE GARCIA DE RESENDE, FL. CCXIII*)

Mario Barbieri  
*Università di Pisa*

Eis a cidade morta, a solitária Goa!  
Seus templos alvejando entre um palmar enorme!  
Eis o Mandovi-Tejo, a Oriental Lisboa!  
Onde em jazigo região imensa glória dorme.

(Tomás Ribeiro, *Sons que passam*)

Devem-se ao mercador florentino Francesco Carletti (1573-1636), desembarcado em Goa no final de 1599, algumas das informações mais picantes sobre a 'dolce vita' colonial da capital do Vice-Reino da Índia portuguesa<sup>1</sup>. E é justamente com uma proposta antológica de trechos deste 'bom negreiro' que Fernand Braudel convida o leitor a um *voyage* no quotidiano de uma civilização profundamente mestiça como é o caso da luso-indiana *Goa Dourada*, a Lisboa das Índias Orientais, que se reflecte na extraordinária sugestão das tábuas pictóricas do manuscrito 1889 da Biblioteca Casanatense de Roma<sup>2</sup>. O historiador francês escreve a este respeito:

Le novelle del Boccaccio paiono assai meno licenziose di quanto lascino intendere gli aneddoti di Goa narratici dal fiorentino. Con Carletti potrete scoprire a Goa l'iniquità, la stranezza e anche la voluttà delle esistenze coloniali a condizione di trovarsi dalla parte dei privilegiati. Ci sarebbe da filmare una strana mappa del paese dell'amore, della sensualità, della gelosia dei tradimenti, dei soliti assassini mediante veleno...<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Guadalupi (1981: 132-133), que reproduz com este título as passagens relativas a Goa retiradas do capítulo IV dos *Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo* do mercador florentino. Os mesmos trechos do memorial podem ser lidos na edição de Collo (1989: 171-192). Mercador profissional como seu pai, Antonio, em 1594 Carletti partiu para Cabo Verde com o objectivo de adquirir escravos negros para os revender na América espanhola. Por causas fortuitas o florentino acabou por circumnavegar o globo, passando pelo Panamá, Peru, Japão, Filipinas, Macau, onde morreu o pai, extenuado depois de uma viagem tão longa. Francesco alcançou Goa em 1599, partindo novamente de regresso à Europa em 1601. Todavia, no porto da ilha de Santa Helena, a nau portuguesa em que seguia, foi atacada pelos holandeses que confiscaram todas as mercadorias. Carletti, reduzido à miséria, alcançou Florença só em 1606; foi aqui que começou a compilar o memorial das suas peregrinações, dedicado a Ferdinando de Medicis, que o nomeou 'maestro di casa'. Por conta do Grão-duque trabalhou também no projecto de uma rota marítimo-comercial Livorno-Goa, infelizmente nunca concretizada; cf. introdução de Collo (1989). Sobre o mercador florentino veja-se também o estudo de Peloso (1979: 69-87).

<sup>2</sup> Matos (1985); Barchiesi (1978).

<sup>3</sup> Braudel (1981: 115).

(As novelas de Boccaccio parecem muito menos licenciosas do que deixam transparecer os episódios de Goa narrados pelo florentino. Com Carletti podereis descobrir em Goa a iniquidade, a estranheza e também a volúpia das vivências coloniais, na condição de estar do lado dos privilegiados. Haveria matéria com que filmar um estranho mapa do país do amor, da sensualidade, do ciúme das traições, dos habituais assassínios por envenenamento...).

Sem dúvida que este clima de luxúrias orientais deverá ter desviado a atenção do mercador florentino do frequente espectáculo dos «autos de fé» pelo crime de cripto-judaísmo, detalhadamente descritos nos relatos de outros viajantes europeu da altura, episódios que alimentarão a ‘lenda negra’ da *Golden Goa* e do Tribunal da Santa Inquisição. À parte a referência ao delicioso «mangiar reale [...] che fanno di polpe di cappone, cotto prima lesso o arrosto»<sup>4</sup> a levar a melhor no relato do florentino –bem como na iconografia do manuscrito citado– foi sobretudo a descrição da indiana, indígena ou indo-portuguesa, com as óbvias conotações de erotismo exótico que uma figura de mulher ‘outra’ comporta:

Le donne sono oggi, la maggior parte, di quelle nate quivi di padri Portughesi e di madri Cinese, Giapponese, Giave, Molucche, Bengale, [...] questo accoppiamento fa un sangue un poco brunetto, ma la maggior parte d’esse donne riescono molto belle, ... spetialmente quelle che nascono di natione Bengala, che sono donne le più ben fatte, le più grandi di persona di tutta l’India, avendo le loro membra rotonde che paiono fatte a tornio... [la carne] mescolandosi con la natione Portughese acquista un poco di bianchezza e perfezionasi di maniera che riescono belle donne et chiamansi tutte comunemente «mestizze» com’ a dire mescolate. Sono le più innamorate creature che imaginar si possa [...] Ma per tornare all’amore delle mestizze di Goa, dicevo che vogliono tutte un innamorato che così pare che inclini quel cielo a ciascuna donna la lussuria [...] et la natione Portughese non è troppo inferiore nè meno desiderosa di Venere che questa d’Amore...<sup>5</sup>

(As mulheres são hoje, na maioria das que aqui nasceram, de pais portugueses e de mães chinesas, japonesas, javas, molucas, bengalas, [...] este acasalamento faz um sangue um pouco morenito, mas a maioria destas mulheres saem muito bonitas, especialmente as que nascem da nação Bengala, que são as mulheres mais formosas, as mais altas de toda a Índia, tendo os membros arredondados que parecem torneados... [a carne] misturando-se com a etnia portuguesa adquire um pouco de brancura e aperfeiçoar-se de maneira que saem belas mulheres e chamam-se todas comunmente «mestiças» que é como quem diz misturadas. São as criaturas mais apaixonadas que se possa imaginar [...] Mas para voltar ao amor das mestiças de Goa, dizia que querem todas um namorado que segundo parece aquele céu torna cada uma delas propensa à luxúria [...] e a nação portuguesa não lhe fica muito atrás nem é menos desejosa de Vénus que esta de Amor...).

Como se pode deduzir do trecho citado, para Carletti aqueles dotes de beleza feminina goesa eram sem dúvida o resultado do feliz conúbio indo-lusitano. Com efeito, não se pode certamente negar que justamente estas sedutoras «mestiças» poderão ser consideradas a amostra mais evidente daquela «progénie forte e bela» prometida por Tétis a Vasco da Gama no poema épico camoniano, como o fruto da união entre as

<sup>4</sup> Collo (1989: 183).

<sup>5</sup> Braudel (1981: 178-179).

'brancas' ninfas da mítica *Ilha dos Amores* e os navegadores portugueses<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, as entusiásticas considerações do mercador florentino sobre a 'mestiçagem' luso-indiana parecem antecipar as mais recentes (e bizarras) teorias de Gilberto Freyre que fizeram da 'promiscuidade' portuguesa um dos cavalos de batalha do mito «lusotropicalista». Para o sociólogo brasileiro, o pressuposto da convivência íntima com etnias de credo e cor diferentes já no âmbito medieval ibérico, confirmaria a hipótese de uma propensão especificamente lusitana para o hibridismo racial. Segundo este autor, tratar-se-ia de um «[...] misticismo sessuale o erotico, una specie di culto della donna di colore o della Venere fosca [...] figura idealizzata di 'moura encantada', donna bruna dai capelli neri che i colonizzatori ritrovarono in una versione simile, quasi identica, fra le índias nude, con la capigliatura sciolta, del Brasile»<sup>7</sup>.

Terá sido esta particular atitude lusitana a inspirar a descrição da nudez feminina na célebre passagem da *Carta* de Pero Vaz de Caminha de onde –como escreveu Valeria Bertolucci– transparece «[...] un misto di sensualità e di sacro rispetto di fronte alla bellezza che rigenera lo sguardo che l'ammira (il concetto di vergogna si disintegra e ormai non serve più che a giocare con le parole...)»<sup>8</sup>? De sinal totalmente contrário tinha sido o lapidar comentário sobre o sexo gentil indiano expresso por Álvaro Velho, soldado ou marinheiro a quem se atribui a redacção do diário de bordo da nau São Gabriel durante a primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499). *De facto*, na sua *Relação*, as mulheres de Calecut merecem este seco comentário: *As mulheres desta terra, em geral, são feias e de pequenos corpos...*<sup>9</sup>.

Fossem ou não pequenas e feias, a verdade é que dentro em pouco estas figuras denegridas darão sérias dores de cabeça ao vice-rei Francisco de Almeida, encarregado em 1505 pelo rei Dom Manuel de organizar a construção de algumas fortalezas em lugares de relevante importância estratégica e militar ao longo da costa do Malabar<sup>10</sup>. Se a derrota da armada do *samorim* de Calecut abriu terreno à colonização portuguesa, a sucessiva construção da feitoria de Cochim assinalará também o início da investida erótica luso-indiana. A auréola de inocência que conotava a *boa selvagem*<sup>11</sup> brasileira de Pero Vaz, dá lugar agora à marca de lascívia das *gentias* e *mouras* nas crónicas de Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e Diogo do Couto<sup>12</sup>. A moral que no início da expansão colonial portuguesa proibia os portugueses de terem relações sexuais com mulheres não cristãs, foi tão pouco respeitada que levou o vice-rei a 'salvar as aparências' impondo a obrigação do baptismo para as indígenas *mais lustrosas e fermosas*, concubinas estáveis dos oficiais, soldados ou mercadores estabelecidos em Cochim, para que estes *perdessem o sentido das gentias*, como narra o cronista Gaspar Correia:

<sup>6</sup> Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, IX, 42.

<sup>7</sup> Cita-se a partir da edição italiana Freyre (1965: 55). A precaver-nos contra as teses sumárias do pensamento «lusotropicalista» é sobretudo Boxer com os seus indispensáveis estudos (1969; 1988).

<sup>8</sup> Bertolucci Pizzorusso (1978: 72).

<sup>9</sup> Costa (1969: 41). A atenção do marinheiro concentrou-se essencialmente na vistosa atracção constituída pelos colares de ouro e de prata que as indianas traziam por todo o corpo: «[...] E trazem ao pescoço muitas jóias de ouro, e pelos braços muitas manilhas, e nos dedos dos pés trazem anéis com pedras ricas».

<sup>10</sup> Amado (1994).

<sup>11</sup> A expressão aparece no título do artigo de Magalhães (1995).

<sup>12</sup> Bouchon (1987: 204-211).

Fazião-se muytas molheres christãs por conuersação que com ellas tomauão os homens [...] que por muy pouco preço nom se denegauão, e mormente moças virgens, que suas mães trazião a vender suas honras, em que muyto emprendião os deleites dos homens [...] O Visorey acodio com meyrinhos, e penas, e muytos castigos aos que dormião com as gentias [...] mandou aos crelgos que pois o intento destas molheres non era na crença da nossa sancta fe, mais que somente seu interesse, que nom fizessem christãs senão molheres lustrosas e fermosas, pera que os homens perdessem o sentido das gentias; o que assy se fez, com as quaes os homens tanto se amigarão e couersarão que as fizeram muy ricas, do que outras cobiçosas vendo a medraça das cristãs, se fizeram muytas cristãs, porque ninguem lho tolhia, em que tanbem algumas moursas fogião de seus maridos e se fazião cristãs, com que os maridos muyto as fechauão...<sup>13</sup>

Se o odor de paganismo foi ou não lavado com água baptismal, a verdade é que a fala das mulheres libertinas do Malabar não tardará a chegar ao teatro através da *Farsa da Índia* (1509) de Gil Vicente. Será uma hipócrita dona de casa lisboeta a chamá-las em causa para acusar o marido de alegada infelidade naquele Oriente que virá pouco depois a ser censurado por Luís de Camões como *fonte de desamparos e adultérios*:

Ama: Agora, aramá:  
lá, há índias mui fermosas;  
lá, farfeis vós das vossas  
e a triste de mi cá,  
encerrada nesta casa,  
.....<sup>14</sup>

Mas será depois da conquista definitiva de Goa (25 de novembro de 1510) e da sua consolidação como bastião do império, que a exótica feminilidade indiana se irá cada vez mais radicando no imaginário e no quotidiano da realidade colonial lusitana, a par e passo com as ferozes campanhas militares de Afonso de Albuquerque, artífice do «Estado da Índia». O *lion des mers d'Asie*, como o definiu Geneviève Bouchon, projectando na epopeia nacional das descobertas o espírito de cruzada da *Reconquista* ibérica, combateu duramente a presença do Islão no território do Vice-reino. A servir de contrapeso a esta exarcebada hostilidade político-religiosa, foi a sua opção preferencial pela comunidade hindu como base étnica da 'mestiçagem' luso-indiana e fundamento orgânico do incipiente império lusitano do Oriente<sup>15</sup>. A mulher hindu convertida ao catolicismo, tornar-se-á então numa pedra importante no plano estratégico do fidalgo Albuquerque, baseado numa contestada política matrimonial (muitas vezes coerciva), de que não faltam testemunhos na historiografia colonial portuguesa:

E como todo o intento do governador era que Goa assentasse em poderio e firme posse, que em nosso poder durasse pera sempre [...] determinou fazer casamentos dos portugueses com as molheres da terra, que em Goa estauão em poder dos portugueses que as catiuarão na tomada da cidade, e outras de primeyro que elle tinha em Cananor, que inda estauão gentias, e que sendo assy casadas e honradas...seriam perfeitas chris-

<sup>13</sup> Correia (1975: I, cap. XIV, 624-625).

<sup>14</sup> *Copilaçam* (1983: II, 359).

<sup>15</sup> Bouchon (1992).

tãs; [...] o qual sacramento do santo matrimonio Nosso Senhor aueria por seu serviço acrescentar e montepricar...<sup>16</sup>

O 'pio' propósito de Albuquerque não pôde porém contar com a colaboração activa dos capitães e fidalgos da armada, a chamada *gente limpa*<sup>17</sup> da colónia, evidentemente pouco propensos aos projectos de casamentos mistos do governador. É disso testemunho a passagem das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia acima citada:

As quaes rezões muytas vezes mouia em praticas com os capitães: o que elles nom apro-uauão, porque lhes parecia que non aueria homem que casasse que prestasse pera nada, mas o governador em pratica dizia que aos homens que casassem lhe faria tantos bens que outros lhe ouuessem enueja, e lhe daria qualquer molher que lhe pedissem, e lhe daria casa e patrimonio em que uiuessem, e dinheiro com que ganhassem sua vida...<sup>18</sup>

Se os fidalgos se mostravam refractários aos aliciantes convites de Albuquerque, diametralmente oposto foi o comportamento dos *homens baixos*, marinheiros e trabalhadores manuais, e dos degredados, portugueses exilados em África ou nas Índias Orientais por crimes cometidos na pátria<sup>19</sup>:

Polo que, ysto ouvido muytas vezes ao governador, alguns homens baixos e pobres, que andauão degredados, folgarão de casar e pedirão molheres ao governador, que lhe daua com dinheiro de mercê em nome d'ElRey, e lhe daua casas e chãos, fazendolhe muytas honras e fauores [...] Os degredados que se casauão os assentaua em soldo e mantimento, e lhe fazia quanto elles querião; se algum agrauaua d'homem casado o nom queria ouvir; e se algum casado se queixaua de algum homem outro, lhe tomaua penas de dinheiro, que daua ao casado; e se algum se queixaua d'homem que lhe olhaua pera sua molher, logo o degradaua fora da cidade. E se algum lhe pedia alguma molher que era cativa, e inda que fosse comprada por dinheiro, logo a tomaua a seu dono, e a leuaua pera sua casa. [...] E aos casados ensinaua e mandaua que se fizessem padeiros e tauerheiros porque sem duvida, que se Goa em nosso poder durasse auião de ser os principaes officios de Goa; que os casados assy fizerão que cada hum punha tenda do que sabia, que erão çapateiros, e pedreiros, carpinteiros, alfayates, que em poucos dias d'estes ouve mais de cem casados, porque de Cananor mandou trazer as outras molheres que todas casou...<sup>20</sup>

Tratando-se de *gente baixa* talvez mais interessada nas benesses prometidas, Albuquerque teve de proceder a uma escolha sumária das raparigas a casar com os portu-

<sup>16</sup> Correia (1975: II, cap. XIX, 159). São do mesmo teor as informações fornecidas por Damião de Góis, che relatam como Albuquerque participava pessoalmente nas cerimónias nupciais com músicas e danças, suportando ele próprio os custos das festividades: «[...] e pera hos mais atraher a quererem ficar na çidade, lhes fazia muitos fauores, visitãdo lhes em suas casas, chamãdo lhes filhos e filhas, fazêdo lhes ha despesa das vodas, acompanhãdo hos no dia de recebimento a igreja, com trôbetas & atabales...»; Góis (1954: II, cap. XI, 43).

<sup>17</sup> Esta denominação incluía, para além dos nobres e do clero, também os mercadores, os funcionários, os pilotos e os mestres; Godinho (1971: 83-85).

<sup>18</sup> Correia (1975: *Livro* II, cap. XX, 159).

<sup>19</sup> Cruz (1986: 41-61).

<sup>20</sup> Correia (1975: *Livro* II, cap. XX, 159). A larga adesão dos *degredados* aos casamentos interracialis é comprovada também numa carta datada de março de 1512 e escrita por António Real, *capitão* de Cochim, que denuncia ao rei Dom Manuel o facto de a maioria dos *casados* favorecidos por Albuquerque serem literalmente 'canalhas da pior espécie'.



gueses que assim o desejassem; dada a provável homogeneidade dos seus atributos físicos, fosse qual fosse a noiva não tinha importância. É o que se deduz de um texto de João de Barros, que ilumina um episódio de 'extravios' nocturnos de mulheres e sucessivos 'achamentos' no dia seguinte:

Com os mimos e favores que Afonso de Albuquerque fazia a estes desposados, foi em tanto crescimento acêrca da gente baixa êste alvoroço de casar, que acertando Afonso de Albuquerque ãa noite de casar uns em sua casa, quando se despediram daquele auto do desposório, levando cada um sua espôsa, parece que com a multidão da gente, por não haver muitas tochas que os acompanhassem, perderam as mulheres; e no buscar delas, como a luz não era muito clara, trocaram as esposas. Quando veo ao dia seguinte, caindo no engano da troca, desfizeram êste enleio, tomando cada um a que recebeu por mulher, ficando o negócio da honra tal por tal...

O facto de Albuquerque exercer um particular ascendente sobre os *degradados*, é confirmado ainda por um episódio emblemático retirado da crónica de Fernão Lopes de Castanheda; depois da entrada vitoriosa em Goa, é aos ex-condenados que o governador confia a missão de perseguir os muçulmanos em fuga nas selvas limítrofes, apelando ao que restava da sua dignidade de pertencentes à estirpe lusitana. É nesta altura que são capturadas várias indígenas *alvas e de bõ parecer*, logo convertidas e obrigadas a se casar:

E sabendo o governador a ida dos mouros, mandou logo a esses passos dela homens baixos [...]. E com quanto aqueles erão de baixa sorte, e degradados de Portugal, lemandolhe que erão Portugueses, comprirão tambem o que governador mandou que matarão na terra, e fizeram afogar nos rios mouros e moursas sem conto, e cativarão algũas alvas e de bõ parecer que levarão ao governador, que ele despois com ajuda de Nosso Senhor fez tornar christãs e as casou em Goa...<sup>21</sup>

Este é um dos primeiros episódios que assinalam o nascimento da classe social dos *casados* como instituição peculiar da Índia portuguesa. Sob a égide de Albuquerque, esta categoria foi inicialmente circunscrita aos soldados, marinheiros ou *degradados* portugueses que, casando-se com indígenas, ficavam isentos de obrigações militares ou dívidas com a justiça, e montavam *tendas*, pequenas actividades comerciais financiadas pelo governador. Mas também não faltava entre os *casados* quem se encarregasse, por conta da Coroa, de algumas *tanadarias*, repartições aduaneiras e depósitos comerciais, anteriormente pertencentes a mercadores muçulmanos dizimados ou expulsos do Vice-reino<sup>22</sup>. Todavia, a oposição dos capitães à política de conquista e

<sup>21</sup> Castanheda (1979: Livro III, cap. LXIII, 599). Trata-se, provavelmente, das mesmas mulheres *-alvas e de bom parecer-* referidas por Albuquerque numa sua carta de dezembro de 1510, enviada ao rei Dom Manuel depois da tomada de Goa. O governador relata ao monarca o sucesso da sua política de centenas de casamentos mixtos, listando as doações de casas, terrenos e gado aos casados; Bouchon (1992: 190). Como nota Silvano Peloso, destas últimas informações de Albuquerque se deduz que «[...]Jerano favoriti soprattutto i matrimoni sul posto delle maestranze, che avrebbero dovuto garantire quel sistema fisso di infrastrutture a cui appoggiare il traffico mercantile delle navi»; Peloso (1978: 80).

<sup>22</sup> Bouchon (1992: 164). A estrutura 'mestiça' da classe dos «casados» é sintetizada no estudo de Trivellato (2000), deste modo: «[...]casados was the general name given to the Portuguese and their descendants who married Asian women and settled in Asian locales. This group added to the permanent religious and lay Portuguese population in India, which had its own institutional organizations (confraternities and the like).

implantação na Índia seguida por Afonso de Albuquerque, continuou até à sua morte (1515). O projecto alternativo de um relacionamento luso-indiano comercial e com menor empenho militar, levou o capitão de Cochim, António Real, a conjurar contra o odiado governador na forma de uma série de missivas caluniosas enviadas ao rei Dom Manuel. As atenções especiais que Albuquerque dedicava às jovens indianas, já casadas ou em vias de o serem, não podiam deixar de dar azo a boatos difamatórios. A este propósito Geneviève Bouchon, baseando-se em crónicas da altura e nas *Cartas* de justificação enviadas ao monarca português pelo próprio governador de Goa, escreve:

Il traitait les jeunes épousées avec les plus grands égards; les accompagnait à leur place à l'église. Il les appelait ses filles et les visitait chaque jour, s'extasiant sur leur grâce et sur la dignité de leur conduite. Bien de jeunes mariés étaient supçonnés de passer chez les Maures après avoir profité des avantages de leur statut. [...] Une telle situation justifiait l'indignation de ceux qui se scandalisaient des libéralités accordées par Albuquerque aux *casados* de Goa, alors qu'on manquait d'argent pour payer les soldes des Portugais. L'on eut vite fait d'accuser le gouverneur de tirer lui-même profit de ces mariages, en vendant des esclaves aux hommes désireux de convoler...<sup>23</sup>

Pouco antes da definitiva conquista de Goa, o controle quase maníaco das indígenas tinha já dado azo a alguns episódios desagradáveis que tinham exasperado as relações já tensas entre o governador e os capitães, seus subordinados. Dois deles, Aires da Silva e Francisco de Sousa Mancias, poeta do *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, tinham sido acusados de «andar de amores» com moças capturadas no harém do rei muçulmano de Goa<sup>24</sup>. As *mouras*, guardadas na câmara do leme da nau-almirante, pelo próprio Albuquerque, aguardavam o seu baptismo para serem depois enviadas para Portugal como presente à rainha Maria, mulher de Dom Manuel e filha dos Reis Católicos. O episódio é largamente relatado na crónica de Castanheda:

Neste tempo foy descuberto ao gouernador, por algũas pessoas em segredo, que Ayres da Silua e Francisco de Sousa Mancias andauam de amores com algũas moças mouras, que forão tomadas em Goa nas casas do çabayoy, que ele tinha com outras na camara do leme da sua nao, pera mandar a Portugal aa rainha, e erão ainda mouras que foy causa de ele mais sentir o que fazião, [...] e porque tam graue crime não ficasse sem castigo, posto que disso lhe pesou muito, os mandou prender ambos sobre suas menajens: sobre o que ouue grande murmuração em toda a gente da frota [...] e daqui se começarão muytos mexericos...<sup>25</sup>

---

The *casados* provided conduits for the institutions of the Catholic church as well as through intermarriage and economic activities...»; Trivellato (2000: 198).

<sup>23</sup> Bouchon (1992: 190).

<sup>24</sup> Adil Chah, *çabayoy* de Goa, depois de ter submetido a armada portuguesa a duro cerco, propôs a Albuquerque o fim da guerra com a condição da devolução das suas «mouras». Recusando as ofertas de paz do inimigo muçulmano, o governador comunicou-lhe a sua intenção de converter as mulheres para casá-las com portuguesas. Como era de esperar, a resposta ultrajosa de Albuquerque provocou a retoma das hostilidades; Castanheda (1979: *Livro III*, cap. XVI, 527-528). Veja-se também Bouchon (1992: 168-169).

<sup>25</sup> Castanheda (1979: *Livro III*, cap. XXIX, 562-563). Gaspar Correia relata o mesmo caso datando-o em julho de 1510; do desagradável episódio ter-se-ia verificado durante o período de «envernamento» da frota de Albuquerque na laguna de Goa, numa situação de extrema penúria de víveres com tensões entre os membros da tripulação devido às frequentes desersões de marinheiros e soldados portugueses para o lado

O expediente do baptismo *a posteriori* das jovens *mouras* –já anteriormente excogitado em Cochim pelo vice-rei Francisco de Almeida para resolver casos semelhantes– não foi do agrado de Albuquerque que ordenou a prisão dos dois capitães, privando-os do comando dos seus respectivos navios. As relações com a tripulação foram piorando, quando o governador ordenou o enforcamento de Rui Dias d’Alenquer, também culpado de *andar de amores* na calada da noite com uma das indianas acima referidas:

E hindo isto assi soube ho gouernador que hum Ruy Diaz natural d’Alenquer, filho dhum João Pacanha escriuão entraua de noyte na sua camara do leme pola porta de fora, e dormia com hũa moça destas que digo, pelo que ho gouernador ho mandou prender pera ho castigar crimemente. E mandando proceder contr’ele, ordinariamente julgou com seu ouvidor [...] que Ruy Diaz fosse enforcado...<sup>26</sup>

Os protestos dos capitães e de toda a tripulação, a que se seguiu uma tentativa de amotinamento, não conseguiram demover Albuquerque da sua decisão<sup>27</sup>. O governador não podia certamente imaginar que o remorso por aquele enforcamento o haveria de perseguir até à morte, ao ponto de deixar prescrita no seu testamento a celebração de noventa missas por alma do defunto *cavaleiro*<sup>28</sup>. E tão pouco podia prever a dura crítica de Luís Vaz de Camões, ele próprio célebre amante de uma escrava indiana, quem imortalizará no seu poema o episódio de Rui Dias, injustamente condenado à pena capital [...] *pela culpa /Que a fraca humanidade e Amor desculpa; culpado não de adultério desonesto, mas de uma simples escapadela com uma escrava vil, lasciva e escura* (*Os Lusíadas*, X, 45, 46,47).

A estratégia de casamentos interraciais de Albuquerque continuará de qualquer modo mesmo depois da sua morte, apesar das inúteis tentativas da Coroa para contornar a excessiva ‘promiscuidade’ indo-lusitana com o envio de fauna feminina de Portugal<sup>29</sup>. Para os aspirantes a maridos, puro-sangues portugueses, provavelmente «[...]erano più allettanti le belle e spesso facoltose ‘mestizze’ che non quelle *orfãas del Rei* prelevate direttamente dagli orfanotrofi di Lisbona e Oporto e spedite in colonia con una dotazione fornita dalle casse del re, a costituire l’unica presenza femminile della madrepatria in quelle terre lontane...»<sup>30</sup>. No decurso do século XVI os *casados* luso-indianos ir-se-ão configurando como classe emergente no quadro sócio-económico de Goa. Não faltarão momentos de atrito por casos de alegada ‘discriminação racial’ com as hierarquias civis do Governo e dos vértices militares, e com as hierarquias eclesiásticas, compostas quase exclusivamente por membros oriundos da

---

do exército inimigo. O mesmo cronista, porém, refere-se exclusivamente a Jorge Fogaça, Francisco de Sá e Simão de Andrade entre os capitães culpados do delito pecaminoso das relações sexuais com as *mouras* na câmara do leme, não mencionando entre estes Aires da Silva e Francisco de Sousa Mancias; Correia (1975: cap. XVI, 115).

<sup>26</sup> Castanheda (1979: *Livro III*, cap. XXIX, 56). O «delito de dormir com uma moura» de Ruy Dias é narrado com mais detalhe na crónica de Gaspar Correia; o cronista especifica que o *honrado caualleiro* nadava até à nau-almirante para depois preparar até à câmara do leme; Castanheda (1975: 115-116).

<sup>27</sup> Castanheda (1979: 563-564); Correia (1975: 115-118).

<sup>28</sup> Bouchon (1992: 177-178).

<sup>29</sup> Boxer (1969: 153-157). Veja-se ainda Bouchon (1992: 206-207).

<sup>30</sup> O trecho é retomado no estudo de Peloso (1978: 81).

pátria<sup>31</sup>. Ao núcleo básico dos *casados* juntar-se-ão os soldados lusitanos, normalmente solteiros, caso não renunciem às armas por um bom casamento com uma *mestiça* local.

Como notava Carletti no seu memorial, estes últimos dedicavam-se quase exclusivamente ao exercício das virtudes de *Venere et Amore*:

[...]li quali in Goa particolarmente pare abbino il loro seggio, e veramente per mantenersi et aumentare il loro regno vi sono le proprie materie, che si ricercano di lascivia et dell'otio di quelli soldati, la maggior parte dè quali sono gentiluomini scapoli senz'altro capitale che cappa e spada accompagnato con gioventù. La quale consumano in quest'esercitio, mentre se ne stanno quattro mesi dell'anno che non possono andar fuori sopra l'armata per causa delle piogge [...] se ne stanno nel medesimo otio e non hanno quasi mai che fare. Nel resto dell'anno attendono ai loro passatempi et a godere l'amore delle loro moglie o innamorate...<sup>32</sup>

([...]os quais especialmente em Goa parece que têm assento, e na verdade para se manterem e aumentarem a sua fazenda têm as suas matérias, conseguidas através da lascívia e da ociosidade daqueles soldados, a maioria dos quais são cavalheiros solteiros sem outro capital que capa e espada com juventude à mistura. A qual consomem neste exercício, durante a sua permanência de quatro meses nestas paragens, impossibilitados de partirem com a armada devido às chuvas [...] e ficam ali ociosamente, sem nada que fazer. Durante o resto do ano dedicam-se aos seus passatempos e a disfrutar o amor das suas mulheres ou namoradas...).

Toda a sociedade colonial goesa –aristocrática de ascendência lusitana, *mestiça*, militar ou eclesiástica– pareceu nutrir uma predisposição natural para a ‘concupiscência endémica’ contra a qual de pouco valerá a pregação do jesuíta Francesco Saverio, cuja «[...] cobiça pelas almas era tão ávida como a cobiça pelo ouro especiarias o era em Vasco da Gama»<sup>33</sup>, ou a de Albuquerque pelas indianas a converter e a casar. Várias relações de viajantes ocidentais contribuiram para fixar a ‘lenda negra’ dos fáceis costumes de Goa; a este propósito é oportuno citar, entre outros, o juízo crítico do viajante holandês Jan Huyghen Van Linschoten, que viveu naquela cidade entre 1583 e 1588<sup>34</sup>. Ponto focal do seu discurso crítico é a acusação feita aos portugueses de tolerarem uma excessiva «miscegenation» com as etnias indígenas subalternas. Para o sóbrio calvinista, a causa principal da decadência do «Estado da Índia» estava essencialmente no seu «[...] uncontrolled sexual appetite [...] investing the Goan woman with the sexual drive, while, desexualizing European men on account of their rational control of the passions and their Christian restraint, effectively imputes all responsibility to the woman»<sup>35</sup>. Para além das *mestiças* euro-asiáticas, o viajante ho-

<sup>31</sup> Boxer (1969: 329-341).

<sup>32</sup> Collo (1989: 179-180).

<sup>33</sup> A expressão de H. J. Plumb é tirada do seu prefácio à edição portuguesa de Boxer (1969: 19). O mesmo santo não era por certo imune a preconceitos raciais em relação às indígenas pouco *alvas e de bon parecer*, como deixa supor uma passagem de uma sua biografia oficial: «[...] while urging the *casados* to marry local concubines, drew the firmest of colour lines. When the concubine was dark in colour and ugly featured, he employed all this eloquence to separate his host from her»; Schurhammer (1974: 228).

<sup>34</sup> Autor de uma *Navigatio* publicada em Amsterdão (1606), com sucessivas traduções para inglês e alemão; Alves (2000: 148-161); Mazzocchi (2003).

<sup>35</sup> Alves (2000: 159).

landês devia certamente aludir a este universo de *solteiras* ou «femmes libres de tout interdit sexuel»<sup>36</sup>, que o já mencionado vice-rei D. Francisco de Almeida tinha tentado ‘sanar’ com um baptismo selectivo.

Mas esta mesma crítica não podia deixar de abarcar também aquelas figuras femininas que uma década mais tarde serão objecto de curiosidade por parte de Carletti<sup>37</sup>; a referência é às *davanasi* ou *bailadeiras* dos templos hindus nas imediações de Goa, figuras míticas da poesia indo-portuguesa<sup>38</sup>, exorcizadas como «harpías» nas pregações eclesiásticas, mas apetrechadas com amplas provisões por parte dos «casados» e «fidalgos» portoghesi<sup>39</sup>.

A menos de um século de distância do seu início, a campanha colonial de mestiçagem luso-indiana promovida por Afonso de Albuquerque pareceu portanto desembocar, pelo menos aparentemente, naquele quadro de imoralidade generalizada com que habitualmente são conotados os *loca* da ‘geografia do mal’. E a este propósito não se podia haver melhor conclusão a esta premissa que a pertinente passagem da já citada *Invitation à un voyage* de Fernand Braudel:

[...]l’impero portoghese va declinando sempre più sotto i colpi rabbiosi di inglesi ed olandesi. La potenza svanisce ma il piacere di vivere nell’ozio, nella raffinatezza e nelle voluttà della carne rimane. Dove meglio che a Goa, capitale politica e militare e religiosa dell’Impero lusitano, commisurare e giudicare un successo che doveva durare più di un secolo? Non è forse il destino delle società coloniali?<sup>40</sup>

2. Para além das representações de uma sociedade colonial sensual, as tábuas pictóricas do manuscrito da Biblioteca Casanatense oferecem também uma visão sumária das populações indígenas estabelecidas na Índia portuguesa ou nas suas áreas limítrofes. O mosaico étnico-religioso é apresentado através de uma série de imagens de classes sociais dispostas hierarquicamente: «mouros malauares», «judeos malauares, «jintios malauares que chamão nayres», «cristãos malauares que fez o bem ainturado Sant Tome»<sup>41</sup>. A política de intolerância levada a cabo pela Espanha dos Reis Católicos, e em seguida também pela Coroa portuguesa, fez com que a diáspora das comunidades hebraicas peninsulares chegasse também às Índias Orientais. É na costa indiana do Malabar que já no início do século XVI se passa a designar como «judeos brancos» os hebreus de origem sefardita, para distingui-los dos autóctones «judeos pretos», ou «malauares», representados no manuscrito pictó-

<sup>36</sup> Bouchon (1992: 208). A este âmbito ‘baixo’ já tinha aludido Luís de Camões numa das suas *Cartas*. Comparando as prostitutas de Goa com as de Lisboa, o poeta confessa ter saudades do ‘platonismo’ dos prostíbulos portugueses; Macedo (2001: 474).

<sup>37</sup> A este propósito, escrevia o mercador florentino: «[...] et per le piazze e per le strade non si parla d’altro che di cose piacevoli, di amori e d’innamorate, et non mancano musici et giocolatori, et ballerine che vanno a torno per dar piacere a chi vuole, le quali sono tutte donne così gratiose et ben disposte della loro persona, e apparenti, che qualunque galant’uomo non si vergogna di riceverle in casa et gustare oltre à giuochi, che fanno con molta destrezza, dè loro amori; né quali sono tanto lascive e tanto potenti a muovere l’effetto d’essi...»; Collo (1989: 189).

<sup>38</sup> Sobre este tema veja-se o estudo de Coelho (1995).

<sup>39</sup> Boxer (1969: 91-92).

<sup>40</sup> Boxer (1977: 115).

<sup>41</sup> Cita-se a partir do estudo de Tavim (1994: 152-153).

rico<sup>42</sup>. Vários 'judeus brancos' cruzarão frequentemente a rota oriental dos navegadores portugueses, associando o seu próprio destino ao da expansão colonial lusitana<sup>43</sup>. Pode-se citar o caso emblemático referido pelo próprio Dom Manuel em carta datada de outubro de 1505 ao rei Ferdinando de Castela de uma *judia* anónima, natural de Sevilha mas há muito estabelecida em Calecut, capturada pelos portugueses num navio mercantil «mouro». Depois de ter contado detalhadamente a sua fuga da Andalusia através da «[...] Barbaria e Alexandria do Egipto, donde foi ao Cairo e dahi à Índia...», a mulher lançou-se ao mar temendo ser levada presa de regresso a Espanha<sup>44</sup>.

Melhor sorte teve o judeu de origem desconhecida (Polónia, Levante, Granada?) que Vasco da Gama encontrou em Calecut e levou consigo de volta para Portugal. Baptizado com o nome de Gaspar da Gama, o ex-judeu transformar-se-é numa figura exemplar de «cristão novo», como intérprete e diplomata ao serviço da expansão portuguesa no Oriente<sup>45</sup>. Anos mais tarde, Afonso de Albuquerque informará deste modo o rei Dom Manuel sobre a imigração no Malabar de mercadores sefarditas provenientes do Levante turco:

Eu, senhor, queria saber s avees voos por voso serviço deixar na Imdia estes judeos castelhanos e portugueses qe vem por via do Cairo, ou se qer Vosa Alteza que os apague hum a hum por onde quer que os pode aver...<sup>46</sup>

Apesar dos intentos belicosos expressos por Albuquerque, convém lembrar que foram as relações francamente amigáveis com dois seus colaboradores judeus sefarditas –juntamente com o escândalo das noivas indianas– a provocar as missivas caluniosas dos «capitães» de Cochim. Sobre o assunto escreve Geneviève Bouchon:

Ces histoires des jeunes indiennes donnèrent lieu aux accusations les plus basses. António Real avait écrit à Dom Manuel que le gouverneur quand il arrivait à Cochim, allait s'enfermer avec une quarantaine de gueuses gardées par un eunuque dans un quartier de la citadelle. Ces propos invérifiables étaient accompagnés d'une révélation plus venimeuse. Albuquerque ne les quittait que pour se retirer «avec ses deux juifs» auxquels il laissait prendre toutes les décisions concernant le gouvernement de l'Inde...<sup>47</sup>

A alusão aos dois judeus terá sido altamente instrumental na intenção de difamar o governador de Goa junto do mesmo monarca que em março de 1497 tinha promulgado o edital de conversão forçada dos hebreus portugueses, sob pena de expulsão do reino<sup>48</sup>. Mas quem eram ao certo os dois judeus malquistos aos «capitães» rebeldes?

<sup>42</sup> Tavim (1994: 197 e ss.).

<sup>43</sup> Sobre o assunto cf. a bibliografia indicada no estudo de Tavim (1994: 149).

<sup>44</sup> Tavim (1994: 138-139).

<sup>45</sup> Lipiner (1987).

<sup>46</sup> A passagem da carta do governador, escrita em Cananor em dezembro de 1513, é citada do trabalho de Tavim (1994: 148-149).

<sup>47</sup> Bouchon (1992: 246).

<sup>48</sup> Tavares (1987: 17-36). Mesmo assim, a verdade é que o mesmo monarca não tinha desdenhado os serviços prestados por membros da comunidade judaica sefardita estabelecida em Marrocos, em benefício dos estabelecimentos portugueses ao longo da sua costa; Tavim (1997).

No fim da primavera de 1510, a esquadra naval de Simão Martins tinha assaltado um barco na rota entre Aden e Calecut; entre os passageiros reduzidos à escravidão encontravam-se dois mercadores hebreus de origem espanhola<sup>49</sup>, chamados provavelmente *Ismael do Cairo* e *Joseph*. Poucos meses depois, o primeiro será baptizado com o nome de Francisco de Albuquerque, em honra do governador, o qual encarregar-se-á de fornecer-lhe o estatuto de «casado» fazendo-o casar-se com uma das suas *criadas* indianas, Antónia de Albuquerque<sup>50</sup>. O segundo, pelo contrário, manterá a sua identidade judaica até 1515, ano em que se converterá com o nome de Aleixandre de Ataíde<sup>51</sup>. As suas qualidades de especialistas de árabe, turco, persa e gujarati, para além de conhecedores dos mercados e das rotas comerciais orientais, foram bem empregues por Albuquerque<sup>52</sup>. A este propósito escreve Jean Aubin:

Afonso de Albuquerque ne les employa pas seulement comme informateurs ou comme interprètes. Il leur confiait des tâches d'administration: paiement de soldes, choix de présents pour des officiers indigènes [...] On les voit aussi diriger les travaux d'intendance liés à la construction des forts portugais. [...] Agents d'exécutions du Gouverneur, traducteurs de sa correspondance avec les princes et les notables indigènes, interprètes, ils se trouvèrent étroitement associés à ses actes. L'un et l'autre costamment auprès de lui de 1511 à 1514, ils prirent part aux expéditions contre Malacca en 1511 et contre Aden en 1513. En raison aussi de leur capacités irremplaçables, certes. En raison aussi de la prudence du Gouverneur, qui tenait à garder l'œil sur des secrétaires trop au courant de ses secrets<sup>53</sup>.

Contudo, enquanto Francisco de Albuquerque passará vários meses na cadeia por suspeita de traição, o judeu *Joseph* parece gozar da mais completa confiança por parte do governador de Goa, graças à sua luta acérrima contra as fraudes e evasões fiscais, à recuperação de bens e taxas comerciais usurpados à Coroa, para além do seu empenho a favor dos casamentos interraciais<sup>54</sup>. Continuam pelo contrário incertas as hipóteses sobre o destino dos dois *crístãos-novos* depois da morte do seu protector. É muito plausível supor um retorno à identidade judaica com a fuga para o Egipto, directamente a partir de Goa ou, com muito maior probabilidade, durante uma estada em Lisboa depois de 1521, talvez com a cumplicidade de alguma galé veneziana<sup>55</sup>.

<sup>49</sup> Aubin (1973: 175-188). São também de considerar os estudos de Lipiner (1987), Tavim (1994: 143-152). Veja-se ainda Bouchon (1992: 246-248).

<sup>50</sup> Aubin (1973: 182).

<sup>51</sup> Com este nome o ex-judeu aparece pela primeira vez citado num *mandado* assinado por Albuquerque e datado de 12 de abril de 1515. Por seu lado, o cronista Gaspar Correia assevera que a conversa aconteceu durante a estada do governador na fortaleza de Ormuz em 1515; Aubin (1973).

<sup>52</sup> João de Barros conta que «em outubro de 1512 o governador encarregou o [...] judeu Samuel natural do Cairo, do qual se servia nestes negócios de interpretar por saber muitas línguas...» de traduzir para português a carta que lhe trouxera o embaixador do imperador da Etiópia. Na mesma ocasião o judeu «Joseph» teria desempenhado as funções de intérprete no encontro entre o diplomata etíope e o governador de Goa; Aubin (1973: 177).

<sup>53</sup> Aubin (1973: 177-178).

<sup>54</sup> Contudo, Gaspar Correia refere que Francisco de Albuquerque morreu em Goa deixando filhos nascidos do seu casamento interracial, e depois de ter servido fielmente os vice-reis que se seguiram ao governador seu protector; Aubin (1973: 179).

<sup>55</sup> Aubin (1973: 182-184); veja-se ainda Tavim (1994: 143-145).

3. A servir de complemento à premissa aqui desenvolvida é uma *trova*<sup>56</sup> do *Cancioneiro geral* atribuída a Francisco de Sousa Mancias, que deverá ser inserida no contexto histórico da incipiente expansão colonial portuguesa nas Índias Orientais atrás delineado. A rubrica que acompanha o texto informa que a motivar a *trova* de Mancias é a ordem dada a Albuquerque para entregar ao emissário uma escrava que ele detém arbitrariamente<sup>57</sup>. A postura hostil do poeta é evidente logo a partir dos primeiros versos da sua *trova*: a mensagem do governador e a 'horrível face' do judeu seu portador<sup>58</sup> tiraram-lhe a capacidade de responder. Mesmo assim, aceitando ficar privado, sem lamentar-se, da sua escrava, o poeta conclui a *trova* com um auspício escarninho: que Deus conceda ao governador a conquista de Goa, mas que o faça a ele regressar a Portugal, para que nunca mais tenha que obedecer às suas ordens.

Reproduz-se em seguida a referida composição, intervindoo com as normas habituais de desabreviação, separação das palavras segundo o uso moderno, distinção entre *u* e *v*, adopção das maiúsculas para os nomes próprios e *i* topónimos, introdução da pontuação. Conservam-se, para além disso, os nexos consonânticos *-rr*, *-ss*, e a vogal *dupla -áa* no caso do advérbio de lugar *láa*:

Trova ssu' a Afonso d'Albuquerque em Goa / por que lhe mandou pedir húa /escrava  
por hû judeu muyto feo

Senhor, eu estou cortado  
de nam saber rresponder,  
porque fiquey embaçado  
do rosto e do rrecado  
de quem mo veo trazer.  
Porem, laa mando, em fim,  
esta que me non magoa.  
Deos vos dey poder em Goa  
e a mym leve a Lixboa,  
polo nam terdes em mym<sup>59</sup>.

## NOTAS

v. 1: para a expressão *estar cortado* como sinónimo de *ficar cortado* o *ficar pasmado*, cf. Vieira, *Grande* 1873, vol. I, s.v. *cortado*: «[...] e em ouvindo as novas assi ficaram cortados, que como homens pasmados não sabiam o que fizessem...».

v. 3: *fiquey embaçado*: iteração sinonímica da locução anterior, a ser lida com o sentido de *ficar sem sentidos, atalhado, confuso, perder a côr do rosto*; cf. Vieira, 1873, s.v. *embaçar*.

<sup>56</sup> Na poesia portuguesa medieval e de Quinhentos, o termo designa genericamente «as composições que, não estando em nenhuma das formas poéticas fixas assinaladas, apresentavam uma estrutura livre, de extensão variável, geralmente formada por estrofes de oito versos heptassilábicos com quatro rimas (*coplas castelhanas*)», como no caso da composição de Francisco de Sousa; Teyssier (2001: 82).

<sup>57</sup> Poder-se-ia tratar-se de uma das «mouras» protegidas por Albuquerque na câmara do leme da sua nau-almirante, onde o poeta «andava de amores» na calada da noite.

<sup>58</sup> A ser identificado com um dos dois hebreus sefarditas acima citados, provavelmente com o ainda não convertido «Joseph». O facto de ser 'muyto feo', como especifica a rubrica, poderia enquadrar-se nos cânones da *effictio ad vituperium* anti-judaica já experimentada na sátira dos cancioneros ibéricos quatrocentistas.

<sup>59</sup> *Cancioneiro* (1967: fl. cc.xxiii).



vv. 4-5: *esta que me nom magoa*: está subentendido quer a *escrava* o «objecto» cuja perda não causa sofrimento no poeta. Para as conhecidas acepções de *magoar* com o significado de *causar dôr, affligir, fazer cousa que cause dôr*, cf. Vieira, cit., s.v.

v. 10: a ser lido com o sentido de ‘para que nunca mais esteja submetido a vós’ ou ainda ‘para que nunca mais tenhais poder de comando sobre a mina pessoa’. Para a construção *ter em alguém* com o significado de *ter poder de fazer alguma cousa sobre alguém*, cf. Vieira, cit., s.v. *ter*.

Um último ponto a examinar é o relativo ao aristocrático autor da *trova* aqui apresentada, Francisco de Sousa, nascido provavelmente nas últimas décadas do século XV, filho do «comendador» da Ordem de Santiago, Jorge de Sousa. Na colectânea de Garcia de Resende são-lhe atribuídas várias composições (*trovas, cantigas soltas, cantigas de folgar*), para além de algumas *ajudas* em composições colectivas (*cantigas de louvor às damas*), e um *vilancete de mote alheio*<sup>60</sup>. O exercício da poesia de amor palaciana, e a sua fama de «[...] galanteador e amoroso com as damas às quais dirigia os seus versos...», estarão provavelmente na origem da alcunha *Mancias*, atribuída pelas suas alegadas afinidades electivas com o lendário poeta galego Macias o *Namorado*<sup>61</sup>. É com este duplo apelido que o poeta aparece registado como *capitão* da nau *S. Boaventura* que em março de 1509 zarpa de Lisboa em direcção à Índia, integrada na frota do *marechal* Dom Fernando Coutinho<sup>62</sup>.

É ainda com este mesmo apelido que o poeta aparece documentado nas crónicas de Gaspar Correia, Damião de Góis e Fernão Lopes de Castanheda, a propósito dos dois momentos cruciais que o opuseram a Afonso de Albuquerque. O primeiro episódio, pouco decoroso para as virtudes militares do poeta, ocorreu durante o cerco de Goa por parte do exército de Adil Chah (maio de 1510). Pouco antes do confronto decisivo, o «capitão» Sousa Mancias ordenou à tripulação da sua nau que abandonasse a fortaleza de Panjim e se afastasse para alto mar<sup>63</sup>, provocando com isso a ira do governador. A segunda referência aparece no episódio, já antes comentado, das visitas nocturnas do nosso poeta e oficial às prisioneiras indianas encerradas na câmara do leme da nau-almirante. Esta infracção pecaminosa, a que se seguirá a sua oposição ao enforcamento de Ruy Dias, custou-lhe a suspensão do cargo de *capitão* do *S. Boaventura*. A crónica de Castanheda refere uma tentativa mal sucedida de reconciliação do governador com os *capitães* suspensos de suas funções:

Eles nunca quizerão, e responderão que pois o governador os prendera que presos querião ir ate Cochim, e dahi ate Portugal, nem quizerão sayr debaixo de cuberta...<sup>64</sup>

Esta última passagem da crónica deixa supor que Francisco de Sousa Mancias tenha aguardado o embarque para Lisboa na «feitoria» de Cochim, juntamente com os outros oficiais punidos. Esta hipótese é corroborada com a ausência do seu nome

<sup>60</sup> Mendes (1993).

<sup>61</sup> *Grande Enciclopédia* (1936-1960: vol. XXIX, s.v. *Sousa, Francisco de*).

<sup>62</sup> Castro (1997: 137-139).

<sup>63</sup> Castanheda (1975: *Livro III*, cap. XVIII, 530-532). Para uma reconstrução sumária do caso veja-se Dias (1998: 234-235).

<sup>64</sup> Castanheda (cit.: 565).

entre os *capitães* que participaram no assalto final da armada portuguesa a Goa<sup>65</sup>. O poeta poderia ter embarcado na nau do «marechal» Duarte de Lemos que, depois de ter participado na operação militar ao lado de Albuquerque, zarpará para Portugal em finais de dezembro do mesmo ano<sup>66</sup>. Fazendo escala em Cananor e Cochim, de acordo com o que era habitual na rota de regresso a Lisboa, o *marechal* poderia ter acolhido a bordo da sua nau os oficiais suspensos para os levar de volta à pátria.

O lapso de tempo presumível para a datação da nossa *trova* é o período imediatamente antecedente à conquista definitiva de Goa (25 de novembro de 1510), como se pode deduzir do auspício cheio de desprezo do poeta a Albuquerque que encerra a composição. É provável que a solicitação de devolução da escrava se enquadrasse na política de uniões interracialis desenvolvida pelo governador desde o início do seu vice-reinado. Como referem as crónicas, as 'provisões' de prisioneiras indianas enclausuradas em Cananor ou nalgumas naus serviam especificamente a este propósito<sup>67</sup>. Para uma datação da *trova* de Francisco de Sousa neste limitado lapso cronológico, recordamos que é justamente a partir do outono de 1510 que aparecem na cena política colonial os dois judeus acima citados, um dos quais será encarregue por Albuquerque da missão de resgate da escrava objecto da disputa.

Regressado a Lisboa já na segunda metade de 1511 (ou no início de 1512)<sup>68</sup>, o poeta retornou ao seu papel de fidalgo galante nos *serões* palacianos, deixando por algum tempo a farda de oficial. Teve mesmo assim tempo para preparar um minúsculo cancionero destinado –com o nome de «Francisco de Sousa»– à vasta antologia de textos que Garcia de Resende se aprestrava a compilar e fazer imprimir. E é ainda com uma *trova* dirigida ao citado compilador que o poeta acompanhará o envio –desta vez não de uma escrava– mas das suas composições:

De Francisco de Sousa a Garçia de Resende com estas trovas atras escriptas.

Láa vos mando treladadas  
as que me podem lembrar,  
as quaes podeys emendar,  
poys as mando por erradas.  
Fyca-me deste cuydado  
contentamento,  
que tenho rrependimento  
de tempo tam mal gastado<sup>69</sup>.

Exercício retórico de humildade por parte do poeta ou referência à experiência militar nas Índias Orientais? Ou ainda alusão a episódios rocambolescos que se

<sup>65</sup> Entre estes porém está presente Ayres da Silva, punido pelo mesmo 'crime' de Francisco de Sousa Mancias, o que deixa pressupor uma sua reconciliação com Afonso de Albuquerque; Correia (1975: *Livro III*, cap. XLI, 590). Veja-se ainda Góis (1949: II, cap. XI, 43).

<sup>66</sup> *Idem* (cit.: *Livro III*, cap. XXXVII, 580-582).

<sup>67</sup> Castanheda (1979: *Livro III*, cap. LXIII, 599); Correia (1975: *Livro II*, cap. XX, 160).

<sup>68</sup> Uma outra hipótese é a de Aida F. Dias que supõe que o poeta possa também ter embarcado em data sucessiva na nau de Gonçalo Sequeira, que atracou a Lisboa no mês de janeiro de 1513, depois de uma longa estada em Moçambique; cf. Dias (1998: 254).

<sup>69</sup> *Cancioneiro* (1967: fl. ccxiii).

lhes seguiram, muito comentados na corte, como o rapto da sua futura mulher, Dona Antónia de Menezes, do mosteiro de Santos<sup>70</sup>? À parte a azeda *trova* dirigida a Albuquerque, na produção literária de Francisco de Sousa são escassas as referências às suas vicissitudes humanas e militares na Índia. A este propósito poder-se-ia citar o tema do exílio, perceptível nas suas *Glosas* a um *vilancete* da tradição popular:

[.....]  
Ribeyras do mar  
que tendes mudança,  
as minhas lembranças  
deyxay-mas passar.  
Deyxay-mas tornar  
dar novas da terra  
que dá tanta guerra<sup>71</sup>.

São excepção os poucos versos autobiográficos presentes na sua *ajuda* a uma *cantiga de louvor* à futura duquesa de Bragança, Dona Joana de Mendouça. Em seu elogio o poeta escreverá:

Tres anos há que sam fora,  
quatro mil legoas d'aquy,  
donde afirmo que nam vy,  
nem menos des que nacy,  
tam gentil dama até'gora.  
[.....]<sup>72</sup>

As escravas indianas amadas no Oriente por certo não podiam competir com a dama louvada por Garcia de Resende como modelo de *saber e descriçam*<sup>73</sup>. A permitir-lhes a desforra –cerca de meio século mais tarde– será aquela *cativa* (indiana ou ‘mestiça’?) com quem Luís de Camões *...andava de amores na Índia*. Se o adeus à anónima escrava do *Cancioneiro geral* não deixou nenhuma *mágoa* no coração de Francisco de Sousa Mancias, a *pretidão de amor* da *Bárbara escrava*, imortalizada nos versos do

<sup>70</sup> *Grande Enciclopédia* (1934-1960: vol. XXIX, s.v. *Sousa, Francisco de*). Provavelmente aquela ‘freira desconhecida’ poder-se-á identificar com a futura mulher a que o poeta alude numa sua *trova* dedicada «[...] a hũa freira que ssem a conheçer lhe mandou hum escryto por hum moço seu e ela nam sse assynou»; *Cancioneiro* (1967: fl. cxiii).

<sup>71</sup> *Cancioneiro*, cit. No mesmo ano em que se imprimia a compilação de Resende, o nosso poeta volta a partir para as Índias Orientais. Falecido Albuquerque (dezembro de 1515), as rédeas do Vice-reino tinham passado para as mãos dos «capitães» do ‘grupo de Cochim representantes do novo govenador de Goa, Lopo Soares de Albergaria. O poeta aparece documentado nos ‘registos de partida’ (março de 1516) ainda com o nome de Francisco de Sousa Mancias, integrado com o título de *capitão* na frota do *marechal* João da Silveira. Tendo escapado a um naufrágio, passou o inverno boreal na forteza de Quiloa (África Ocidental), antes de retomar a rota das Índias Orientais; Castro (1997: 152-153). As crónicas portuguesas da expansão colonial citam-no frequentemente no período compreendido entre 1521 e 1540; ao que parece, o seu valor militar foi tão exemplar que mereceu o título de *o Bravo*. Ignora-se a data do seu regresso a Portugal, ao passo que se situa em torno a 1559 a data da sua morte; cf. *Grande Enciclopédia* (1934-1960: vol. XXIX, s.v.) e Dias (1998: 234-235).

<sup>72</sup> *Cancioneiro* (1967: fl. cl).

<sup>73</sup> Camões (1999: 177-180).

sumo poeta lusitano, irá ocupar –repartindo o título com a louca Laura petraquesca– o seu lugar de honra na poesia portuguesa e universal:

Aquela cativa,  
que me ten cativo,  
porque nela vivo,  
já não quer que viva.  
Eu nunca vi rosa  
em suaves molhos,  
que para meus olhos  
fosse mais fermosa.  
.....

## BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. C. de Castro: «Rupture and Continuity in Colonial Discourses: The Racialized Representation of Portuguese Goa in the Sixteenth and Seventeenth Centuries», *Portuguese Studies*, vol. 16, 2000, pp. 148-161.
- Amado, M. T.: «Almeida, D. Francisco de», em *Dicionário da História dos Descobrimentos Portugueses*, ed. L. de Albuquerque, Lisboa, Caminho, 1994, s.v.
- Aubin, J.: «Francisco de Albuquerque. Un juif castillan au service de l'Inde Portugaise (1510-1515)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VII, 1973, pp. 175-188.
- Barchiesi, R.: «L'Oriente catalogato in un manoscritto pittorico del Cinquecento», *Quaderni Portoghesi*, 4, 1978, pp. 163-182.
- Bertolucci Pizzorusso, V.: «Uno spettacolo per il Re: l'infanzia di Adamo nella "Carta" di Pero Vaz de Caminha», *Quaderni Portoghesi*, 4, 1978, pp. 49-81.
- Bouchon, G.: *Les femmes dans la société coloniale ibérique*, in *L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes*, London, Variorum Reprints, 1987, pp. 204-211.
- : *Albuquerque, Le lion des mers d'Asie*, Paris, Desjonquères, 1992.
- Boxer, Ch. R.: *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições '70, 1969.
- : *Relações raciais no Império Colonial Português*, Porto, Afrontamento, 1988.
- Braudel, F.: «Goa Dourada. Invitation à un voyage», *FMR-Rivista di Franco Maria Ricci*, n° 29, 1981, pp. 114-115.
- Cancioneiro Geral by Garcia de Resende* [Lisboa, 1516], New York, Kraus Reprint/Hispanic Society of America, 1967.
- Castro, Nuno de: *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama. As famosas armadas da Índia (1496-1650)*, ed. S. Ferreira Paes, Porto, Lamesas, 1997.
- Coelho, G. V.: «Images of Woman in Goan Portuguese Poetry: The 'Bailadeira' Theme and Variations», em *Actas do Congresso Internacional 'O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa'* (Lisboa, 21-25 de novembro de 1994), Lisboa, 1995, vol. II, pp. 365-379.
- Collo, P. (ed.): *Francesco Carletti, Il giro del mondo del buon negriero*, Torino, Einaudi, 1988.
- Castanheda, Fernão Lopes de: *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livros I-IV, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1979.
- Copilaçam de totalas obras de Gil Vicente*, ed. M. L. Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- Correia, Gaspar: *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975.
- Costa, A. Fontoura da (ed.): *Álvaro Velho, Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969.

- Cruz, M. A. Lima: «Degredados e Arrenegados Portugueses no Espaço Índico, nos Primórdios do Séc. XVI», *Povos e Culturas*, n° 5, 1986, pp. 41-61.
- Dias, A. F.: *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. V, A Temática, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- Freyre, G.: *Padroni e schiavi. La formazione della famiglia brasiliana in regime di economia patriarcale*, introduzione di F. Braudel, Torino, Einaudi, 1986.
- Godinho, V. Magalhães: *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- Góis, Damião de: *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel, nova edição conforme à de 1566*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Rio de Janeiro/Lisboa, 1934-1960, 40 vols.
- Guadalupi, G.: «La dolce vita di Francesco Carletti», *FMR-Rivista di Franco Maria Ricci*, n° 29, 1981, pp. 132-133.
- Lipiner, E.: *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Macedo, H.: «Luís de Camões: la penna e la spada», em *Il Portogallo dalle origini al Seicento*, a cura di L. Stegagno Picchio, Firenze, Passigli, 2001, pp. 469-495.
- Magalhães, I. Allegro de: «A 'boa selvagem' n' A Carta de Pero Vaz de Caminha: um olhar europeu masculino, de Quinientos», em *Actas do Congresso Internacional 'O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa'* (Lisboa, 21-25 de novembro de 1994), Lisboa, 1995, vol. I, pp. 523-529.
- Matos, L. de: *Imagens do Oriente no século XVI: reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- Mazzocchi, G.: «Una imagen holandesa de Goa: la 'Navigatio' de Jan Huyghen van Linschoten», em *'Estaba el jardín en flor'. Studi in memoria di Stefano Arata = Criticón*, n° 87/88/89, 2003, pp. 493-506.
- Mendes, M. Vieira: «Francisco de Sousa», em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, ed. G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, s.v.
- Peloso, S.: «Le avventure tragico-marittime di un onesto negriero in giro per il mondo: i Portoghesi nei "Ragionamenti" di Francesco Carletti», em *Quaderni Portoghesi*, 1978, pp. 5, 69.
- Schurhammer, G.: *Francis Xavier: His Life, His Time*, Rome, Jesuit Historical Institute, 1974, vol. II, India, pp. 1541-1545.
- Tavares, M. J. Pimenta Ferro: *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Presença, 1987.
- Tavim, J. A. da Silva Rodrigues: «Os Judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o Século XVI. O exemplo de Isaac do Cairo: espião, língua e judeu de Cochim de Cima», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, 1994, pp. 137-260.
- : *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o Século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1997.
- Teysier, P.: «Per una storia della versificazione portoghese», em *Il Portogallo dalle origini al Seicento*, a cura di L. Stegagno Picchio, Firenze, Passigli, 2001, pp. 79-87.
- Trivellato, F.: «From Livorno to Goa and back: Merchant Networks and the Coral-Diamond Trade in the Early-Eighteenth Century», em *Portuguese Studies*, 16, 2000, pp. 193-217.
- Vieira, D.: *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, Porto, Chardron & Moraes, 1873, vols. I-IV.